

**PROCESSO Nº 60103.000001/2023-22**

**ASSUNTO:** Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) – Avaliação Periódica – conformidade com o Nível 2 (Infraestrutura) do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público (Modelo IA-CM)

## **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA**

### **I. INTRODUÇÃO**

1. O presente relatório apresenta os resultados das análises realizadas pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Técnico-Operacional (CGDOP) da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISSET/MD) com o objetivo de avaliar o grau de maturidade da atividade de auditoria interna desta CISSET/MD sob a ótica do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público (Modelo IA-CM) do Instituto dos Auditores Internos (IIA).

### **II. MODELO DE CAPACIDADE DE AUDITORIA INTERNA PARA O SETOR PÚBLICO (MODELO IA-CM)**

2. O Modelo IA-CM, desenvolvido em 2009 pelo IIA com apoio do Banco Mundial, é um framework internacionalmente reconhecido que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de modo a atender às necessidades da administração da organização e às expectativas profissionais da função. É um modelo universal baseado em práticas líderes que podem ser aplicadas globalmente. O Modelo IA-CM se presta a ser uma ferramenta estratégica, uma estrutura para auto avaliação e avaliações externas e um roteiro para melhoria e desenvolvimento ordenados.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> texto extraído do site <https://conaci.org.br/ia-cm/>, com adaptações.

3. O Modelo IA-CM está estruturado em uma Matriz (ANEXO XI), contendo 5 Níveis de Maturidade (do 1 ao 5)<sup>2</sup>, 6 Elementos de Auditoria<sup>3</sup> e 41 Macroprocessos (KPA – Key Process Areas) vinculados a esses Níveis e Elementos. Cada Macroprocesso possui um Objetivo específico e identifica as Atividades Essenciais que devem ser colocadas em prática e sustentadas. Para alcançar um Nível de Maturidade é necessário que todos os Macroprocessos (KPAs) do mesmo Nível estejam implementados (INSTITUCIONALIZADOS), o que representa estar na cultura da unidade de auditoria interna<sup>4</sup>.

4. Registre-se, por oportuno, que o Nível 1 – Inicial é o padrão do Modelo IA-CM, onde encontram-se enquadradas, num primeiro momento, todas as unidades de auditoria; esse Nível 1 refere-se a uma auditoria não estruturada, sem capacidade estabelecida e sem macroprocessos, não sendo, dessa forma, passível de análise; assim, as avaliações de maturidade são realizadas a partir do Nível 2 – Infraestrutura.

### **III. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA Ciset/MD**

5. Por meio da Instrução Normativa Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452), foi instituído o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) no âmbito desta Ciset/MD; nesse mesmo ato foi aprovado o correspondente Manual estabelecendo as diretrizes e as orientações necessárias para aplicação do PGMQ (SEI 3436436).

6. A instituição e a manutenção do PGMQ têm o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência das atividades de auditoria interna governamental desenvolvidas nesta Ciset/MD; dessa forma, o PGMQ estabelece rotinas de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade desenvolvida por esta Ciset/MD.

7. Dentre essas rotinas previstas no PGMQ encontra-se a Avaliação Periódica, que deve ser realizada a cada dois anos, a fim de verificar a conformidade da atividade desenvolvida por esta Ciset/MD com as normas para prática profissional de auditoria interna aplicáveis.

8. Segundo a Instrução Normativa Ciset-MD nº 1, de 2021, a base para a realização da Avaliação Periódica prevista no PGMQ da Ciset/MD é o Modelo IA-CM, em linha com as recomendações constantes na Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019.

9. Assim, no intuito de atender o disposto nos itens acima, foi expedida a ORDEM DE SERVIÇO Nº 3/2023/CGDOP/Ciset-MD (SEI 6549251) e respectivas alterações (SEI 6746779 e 6831621), para a realização dos seguintes trabalhos:

---

<sup>2</sup> Nível 1 – Inicial; Nível 2 – Infraestrutura; Nível 3 – Integrado; Nível 4 – Gerenciado; Nível 5 – Otimizado.

<sup>3</sup> Elementos de Auditoria: a) Serviços e Papel da Auditoria Interna; b) Gerenciamento de pessoas; c) Práticas profissionais; d) Gerenciamento do Desempenho e Accountability; e) Cultura e Relacionamento Organizacional; f) Estruturas de Governança.

<sup>4</sup> texto extraído do site <https://conaci.org.br/ia-cm/>, com adaptações.

- a) levantamento e revisão dos critérios e das normas a serem utilizados na Avaliação Periódica prevista no PGMQ; e
- b) realização de Avaliação Periódica com o fim de verificar a conformidade da atividade de auditoria interna desta Ciset/MD com o Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM.

#### IV. METODOLOGIA

10. O escopo<sup>5</sup> da presente Avaliação Periódica, nos termos abordados em item precedente, restringe-se ao Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM.

11. Esse Nível 2 contém 10 Macroprocessos (KPAs) e 66 Atividades Essenciais distribuídas entre esses KPAs conforme detalhado no quadro a seguir:

KPA	Atividades Essenciais
KPA 2.1 – Auditoria de Conformidade – 14 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incluir no estatuto/regulamento da auditoria interna a natureza dos serviços de avaliação fornecidos à organização.</li> <li>2. Planejar os trabalhos de auditoria interna: <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Comunicar-se com os gestores (por exemplo, por meio de uma carta de compromisso de auditoria);</li> <li>2.2. Identificar as autoridades/critérios relevantes;</li> <li>2.3. Obter aceitação, por parte dos gestores, dos critérios de auditoria;</li> <li>2.4. Documentar a estrutura de controle;</li> <li>2.5. Identificar e avaliar os riscos específicos da auditoria e revisar os controles-chave;</li> <li>2.6. Identificar objetivos de auditoria, escopo e metodologia (incluindo método de amostragem);</li> <li>2.7. Desenvolver o plano detalhado de auditoria.</li> </ol> </li> <li>3. Executar a auditoria: <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Aplicar os procedimentos específicos de auditoria;</li> <li>3.2. Documentar os procedimentos executados e seus resultados;</li> <li>3.3. Avaliar as informações obtidas;</li> <li>3.4. Chegar a conclusões específicas e elaborar recomendações.</li> </ol> </li> <li>4. Comunicar os resultados da auditoria: <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1. Preparar o relatório ou outro mecanismo para comunicar os resultados da auditoria;</li> <li>4.2. Estabelecer e manter um sistema de monitoramento do atendimento das recomendações pelo gestor (por exemplo, processo de follow-up para avaliar se as ações tomadas pelos gestores foram efetivamente implementadas ou se a gestão aceitou o risco de não tomar nenhuma ação).</li> </ol> </li> </ol>

<sup>5</sup> Escopo: determina os limites da auditoria, ou seja, descreve tanto o que foi incluído na auditoria quanto o que foi excluído e que o leitor poderia esperar que fosse abordado (item 6.5.2 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017).

KPA	Atividades Essenciais
KPA 2.2 – Pessoas Qualificadas Identificadas e Recrutadas – 5 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar e definir as tarefas específicas de auditoria a serem realizadas.</li> <li>2. Identificar os conhecimentos, as habilidades (técnicas e comportamentais) e as outras competências requeridas para realizar tarefas de auditoria.</li> <li>3. Desenvolver descrições de trabalho para os cargos/posições.</li> <li>4. Determinar classificação de remuneração apropriada para as posições.</li> <li>5. Realizar um processo de recrutamento válido e credível (isto é, justo e aberto, e sob o controle do CAI) para selecionar candidatos adequados.</li> </ol>
KPA 2.3 – Desenvolvimento Profissional Individual – 5 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Determinar um número específico de horas/dias/créditos de treinamento de pessoal, para cada indivíduo, de acordo com as normas de auditoria prescritas ou certificações relevantes.</li> <li>2. Identificar os cursos de formação, fornecedores ou fontes que seriam suficientes para realizar o desenvolvimento profissional válido.</li> <li>3. Incentivar as pessoas a serem membros de associações profissionais.</li> <li>4. Controlar e documentar horas/dias de treinamento, tipos de cursos e prestadores para verificar a conformidade com os requisitos de formação pessoal e para apoiar o desenvolvimento profissional contínuo.</li> <li>5. Desenvolver relatórios periódicos para documentar o treinamento cumprido por cada auditor interno.</li> </ol>
KPA 2.4 – Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades da Gestão e Partes Interessadas – 8 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar todos os objetos de auditoria da organização e documentar o universo de auditoria.</li> <li>2. Em colaboração com a alta administração e/ou outros interessados (stakeholders), determinar o período a ser coberto pelo plano (ou seja, anual, plurianual ou uma combinação).</li> <li>3. Por meio de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas - stakeholders (por exemplo, altos funcionários do governo ou auditores externos), identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de auditoria interna.</li> <li>4. Identificar os trabalhos de auditoria, incluindo auditorias periódicas, a serem inseridas no plano e que outro serviço a atividade de auditoria interna fornecerá à organização.</li> <li>5. Determinar os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se for o caso.</li> <li>6. Determinar os recursos globais exigidos (humanos, financeiros, materiais) para realizar o plano e incluir o montante de recursos para cada trabalho de auditoria, para outros serviços a serem prestados, e quaisquer recursos adicionais que possam ser exigidos para responder a outras prioridades da gestão e/ou das partes interessadas (stakeholders) que possam surgir durante o período coberto pelo plano.</li> <li>7. Determinar a combinação de capacidades de recursos humanos exigida para realizar o plano (de dentro da atividade de auditoria interna ou por meio de colaboração ou terceirização).</li> <li>8. Obter a aprovação da alta administração e/ou do Conselho para o plano e para os recursos requeridos a fim de implementá-lo.</li> </ol>

KPA	Atividades Essenciais
KPA 2.5 – Estrutura de Práticas Profissionais e de Processos – 8 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reconhecer o caráter obrigatório da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas no Regulamento Interno da auditoria.</li> <li>2. Desenvolver políticas relevantes para a atividade de auditoria interna (por exemplo, para recursos humanos, para gestão da informação e para finanças).</li> <li>3. Desenvolver orientações gerais para a elaboração do programa de trabalho da auditoria interna.</li> <li>4. Documentar os processos vigentes para a elaboração do programa de trabalho.</li> <li>5. Documentar os processos vigentes para planejar, para executar e para relatar os resultados dos trabalhos de auditoria individuais, incluindo a comunicação com a gerência.</li> <li>6. Desenvolver metodologias, procedimentos e ferramentas padronizados a serem utilizados pela atividade de auditoria interna para planejar, para executar e para relatar os resultados do trabalho de auditoria, incluindo as diretrizes dos papéis de trabalho.</li> <li>7. Implementar os processos necessários para assegurar a qualidade dos trabalhos individuais de auditoria.</li> <li>8. Estabelecer e manter um sistema para monitorar o andamento dos resultados comunicados à administração (por exemplo, um processo de acompanhamento para garantir que as ações de gerenciamento tenham sido efetivamente implementadas ou a administração aceitou o risco de não agir).</li> </ol>
KPA 2.6 – Plano de Negócio de Auditoria Interna – 6 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a visão da auditoria interna e a estratégia geral para alcançá-la.</li> <li>2. De acordo com a estratégia geral, determinar os objetivos e os resultados de negócio a serem alcançados pela atividade de auditoria interna, levando em consideração o planejamento anual/periódico de auditoria e de serviços.</li> <li>3. Determinar os serviços de apoio e administrativos necessários para a entrega eficaz da atividade de auditoria interna (por exemplo, recursos humanos, materiais e de informática).</li> <li>4. Preparar cronogramas relevantes e determinar os recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.</li> <li>5. Desenvolver o plano negócio necessário para alcançar os objetivos.</li> <li>6. Obter aprovação da alta administração ou do Conselho para o Plano de Negócio.</li> </ol>
KPA 2.7 – Orçamento Operacional de Auditoria Interna – 4 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estabelecer um orçamento realista para as atividades e para os recursos identificados como necessários no plano de negócio da atividade de auditoria interna, considerando os custos fixos e variáveis.</li> <li>2. Desenvolver padrões orçamentários alinhados com os da organização.</li> <li>3. Obter aprovação da alta administração ou do conselho para o orçamento operacional.</li> <li>4. Revisar continuamente o orçamento para se certificar de que ele permaneça realista e exato, identificando e informando as mudanças.</li> </ol>

KPA	Atividades Essenciais
KPA 2.8 – Gerenciamento Dentro da Atividade de Auditoria Interna – 6 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Determinar e estabelecer formalmente a estrutura organizacional apropriada dentro da atividade de auditoria interna.</li> <li>2. Identificar os papéis (funções) e as responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de auditoria interna.</li> <li>3. Apoiar as necessidades organizacionais da atividade de auditoria interna e as relações de reporte das pessoas no interior da atividade.</li> <li>4. Avaliar os requisitos e obter os recursos e as ferramentas de auditoria necessários, incluindo ferramentas de base tecnológica, necessárias tanto para gerenciar, quanto para realizar o trabalho da atividade de auditoria interna.</li> <li>5. Administrar, dirigir e comunicar-se dentro da atividade de auditoria interna.</li> <li>6. Incentivar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de auditoria interna.</li> </ol>
KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido – 6 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar um estatuto ou outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna.</li> <li>2. Certificar-se de que a alta administração e/ou o conselho, se aplicável, aprovem formalmente o estatuto.</li> <li>3. Adotar uma declaração de missão e/ou visão para a atividade de auditoria interna.</li> <li>4. Informar o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna para toda a organização.</li> <li>5. Certificar-se de que o Chefe da Auditoria Interna se reporta administrativa e funcionalmente ao nível da organização, o que permite que as atividades de auditoria interna atendam às suas responsabilidades.</li> <li>6. Revisar e atualizar o estatuto regularmente e obter aprovação da alta administração ou do conselho.</li> </ol>
KPA 2.10 – Acesso Pleno às Informações, aos Ativos e às Pessoas da Organização – 4 atividades essenciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incluir no regimento autoridade para a atividade de auditoria interna obter acesso a todas as informações da organização, aos ativos e às pessoas que forem necessárias para executar suas funções.</li> <li>2. Estabelecer uma política relacionada à autoridade específica da atividade de auditoria interna com respeito ao acesso total, livre e irrestrito aos registros da organização, às propriedades físicas e ao pessoal, relacionados a qualquer operação da organização.</li> <li>3. Estabelecer procedimentos para acessar formalmente tais registros, propriedades físicas e pessoal, relacionados a qualquer operação da organização.</li> <li>4. Estabelecer procedimentos para seguir quando o gestor decide não divulgar documentos necessários aos trabalhos de auditoria interna.</li> </ol>

12. Nos termos do Modelo IA-CM, para se atingir um Nível de Maturidade é necessário que todas as Atividades Essenciais dos KPAs desse Nível sejam consideradas EXISTENTES e INSTITUCIONALIZADAS.

13. Ou seja, no caso da presente Avaliação Periódica, para que a atividade de auditoria interna desta Ciset/MD seja declarada “em conformidade” com o Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM há necessidade de que as 66 Atividades Essenciais distribuídas nos 10 KPAs desse Nível sejam avaliadas como EXISTENTES e INSTITUCIONALIZADAS.

14. Considera-se EXISTENTE, basicamente, quando há norma *lato sensu* que discipline a Atividade Essencial; a INSTITUCIONALIZAÇÃO, por seu turno, é caracterizada quando a

Atividade Essencial está presente na cultura da atividade de auditoria interna, sendo sustentável, repetitiva e realizada conforme a norma regulamentadora.

15. Dessa forma, cada uma das 66 Atividades Essenciais previstas no Nível 2 do Modelo IA-CM foi avaliada de acordo com esses dois critérios: EXISTÊNCIA e INSTITUCIONALIZAÇÃO; ademais, foi feita uma CONTEXTUALIZAÇÃO com as características e as informações específicas de cada uma dessas Atividades Essenciais, bem como foram registradas EVIDÊNCIAS a fim apoiar e fundamentar a presente avaliação.

16. Essas informações (EXISTÊNCIA, INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO e EVIDÊNCIAS) de cada uma das Atividades Essenciais do Nível 2 foram registradas conforme modelo disponibilizado pela Controladoria-Geral da União (CGU)<sup>6</sup>.

17. Assim, nos itens seguintes são apresentados os resultados e conclusões dessa Avaliação Periódica, conforme a metodologia descrita.

---

<sup>6</sup> <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/pgmq> e no Sistema e-Aud.

## V. RESULTADOS E CONCLUSÕES

18. De acordo com os exames realizados, concluiu-se que a atividade de auditoria interna desta Ciset/MD encontra-se em conformidade com o Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM, tendo em vista que as 66 Atividades Essenciais elencadas nos 10 KPAs deste Nível de Maturidade foram consideradas EXISTENTES e INSTITUCIONALIZADAS.

19. A seguir, é apresentada tabela indicando a conformidade das 66 Atividades Essenciais com o Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM:

Nível	KPA	Atividades Essenciais													
N I V E L  2	KPA 2.1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	KPA 2.2	1	2	3	4	5									
	KPA 2.3	1	2	3	4	5									
	KPA 2.4	1	2	3	4	5	6	7	8						
	KPA 2.5	1	2	3	4	5	6	7	8						
	KPA 2.6	1	2	3	4	5	6								
	KPA 2.7	1	2	3	4										
	KPA 2.8	1	2	3	4	5	6								
	KPA 2.9	1	2	3	4	5	6								
	KPA 2.10	1	2	3	4										

Não existe

Não institucionalizada

Existente e Institucionalizada

20. Registre-se, por oportuno, que as informações (EXISTÊNCIA, INSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO e EVIDÊNCIAS) de cada uma dessas Atividades Essenciais encontram-se consignadas em anexos deste relatório, conforme identificação a seguir:

ANEXO I – KPA 2.1 – Auditoria de Conformidade;

ANEXO II – KPA 2.2 – Pessoas Qualificadas Identificadas e Recrutadas;

ANEXO III – KPA 2.3 – Desenvolvimento Profissional Individual;

ANEXO IV – KPA 2.4 – Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades da Gestão e Partes Interessadas;

ANEXO V – KPA 2.5 – Estrutura de Práticas Profissionais e de Processos;

ANEXO VI – KPA 2.6 – Plano de Negócio de Auditoria Interna;

ANEXO VII – KPA 2.7 – Orçamento Operacional de Auditoria Interna;

ANEXO VIII – KPA 2.8 – Gerenciamento Dentro da Atividade de Auditoria Interna;

ANEXO IX – KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido;

ANEXO X – KPA 2.10 – Acesso Pleno às Informações, aos Ativos e às Pessoas da Organização.



## **VI. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO**

21. No PGMQ desta Ciset/MD, além da Avaliação Periódica, também encontra-se prevista a realização de Avaliação Externa, com o objetivo obter uma opinião independente sobre o conjunto geral da atividade de auditoria interna e dos trabalhos de auditoria realizados e sua conformidade com princípios, padrões e normas aplicáveis; essa Avaliação Externa pode ocorrer de forma totalmente independente ou por meio de uma Avaliação Periódica submetida a validação externa independente<sup>7</sup>.
22. No atual Plano Anual de Auditoria Interna desta Ciset/MD (SEI 6717894 e SEI 6735267) encontra-se prevista a realização de uma Avaliação Externa no exercício de 2024.
23. Dessa forma, tendo em vista que o presente trabalho concluiu que a atividade de auditoria interna desta Ciset/MD encontra-se em conformidade com o Nível 2 – Infraestrutura do Modelo IA-CM, a sugestão desta Coordenação-Geral é no sentido de que os resultados da presente Avaliação Periódica sejam submetidos a validação externa independente.
24. Na mesma linha, a opinião é de sejam realizadas gestões para que a Controladoria-Geral da União – CGU realize esse trabalho de validação, considerando que aquele órgão é o responsável pela supervisão técnica desta Ciset/MD, bem como possui a qualificação e a independência requeridas para a realização de tal tarefa.
25. Por fim, deixa-se de recomendar a divulgação dos resultados desta Avaliação Periódica – no presente momento – no intuito de aguardar os resultados da validação externa ora proposta.
26. À consideração do Senhor Secretário de Controle Interno.

ANDREISA PEREIRA ALCOFORADO GUIRRA  
Assistente em Ciência e Tecnologia

CLEBER TAKAMITI NISHIKAWA  
Coordenador-Geral de Desenvolvimento  
Técnico-Operacional

---

<sup>7</sup> Instrução Normativa SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 109), e Instrução Normativa SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 3.5.1.2).

## ANEXO I – KPA 2.1 – Auditoria de Conformidade

**Objetivo:** Realizar uma auditoria de conformidade e de aderência de uma área, de um processo ou de um sistema específico a políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos que regem a condução da área, do processo ou do sistema sujeito à auditoria.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Incluir no estatuto/regulamento da auditoria interna a natureza dos serviços de avaliação fornecidos à organização.	Sim	Sim	<p>A realização de serviços de Avaliação encontra-se prevista nas normas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 19, 20 e 24);</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (art. 49);</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12);</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (art. 18);</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (art. 10);</li> <li>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 1, 3 e 14 a 17);</li> <li>7) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 1 e 1.1);</li> <li>8) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 1º).</li> </ol> <p>A Ciset/MD presta serviços de Avaliação de Conformidade; a seguir são listados alguns trabalhos realizados no exercício de 2023 e cujos relatórios encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Ministério da Defesa (<a href="https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-avaliacao/acoes-de-avaliacao-1">https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-avaliacao/acoes-de-avaliacao-1</a>):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Sistema integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico;</li> <li>2) ESG – Ação 2055;</li> <li>3) PROFESP/PJP;</li> <li>4) Trilhas – CGU;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 19, 20 e 24) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (art. 49) - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12) - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (art. 18) - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 10) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</li> <li>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 1, 3 e 14 a 17) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				5) Preparação Técnica de Atletas Militares de Alto Rendimento; 6) FSM (Gestão Orçamentária, administrativa e Financeira); 7) Ação 1211 – DPCN; 8) Acúmulo de cargos.	de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 7) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 1 e 1.1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 8) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 1º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa; 9) <a href="https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-avaliacao/acoes-de-avaliacao-1">https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-avaliacao/acoes-de-avaliacao-1</a> - Avaliações de Conformidade realizadas pela Ciset/MD no exercício de 2023.
2. Planejar os trabalhos de auditoria interna:	2.1 Comunicar-se com os gestores (por exemplo, por meio de uma carta de compromisso de auditoria).	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a comunicação com a Unidade Auditada, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> 1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141); 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 e APÊNDICE C – Exemplo de Documento de Apresentação da Equipe). <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho</p>	1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 e APÊNDICE C – Exemplo de Documento de Apresentação da Equipe) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 1.8, 2.23), dos questionários de autoavaliação do auditor (itens 15, 16) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (item 1).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	<p>Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>
	2.2 Identificar as autoridades/critérios relevantes.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo os critérios de auditoria, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 131 e 132);</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 131 e 132) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3 e</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3 e 4.3.3).</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (item 2.14) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (item 1).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	<p>4.3.3) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p> <p>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
	2.3 Obter aceitação, por parte dos gestores, dos critérios de auditoria.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a aceitação, por parte da Unidade Gestora, dos critérios de auditoria, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 131 e 132);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.3 e 5.1.1).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 2.15, 3.2, 3.3) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (item 1).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 131 e 132) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.3 e 5.1.1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</p> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	
	2.4 Documentar a estrutura de controle.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo o levantamento da estrutura de controle, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 120, 122, 126 e 127);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2.1.3 e APÊNDICE A – Matriz de Riscos e Controles).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 2.4, 2.7, 2.9, 2.14, 3.5).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 120, 122, 126 e 127) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2.1.3 e APÊNDICE A – Matriz de Riscos e Controles) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	
	2.5 Identificar e avaliar os riscos específicos da auditoria e revisar os controles-chave.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a identificação e avaliação dos riscos e revisão dos controles, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 122 e 130);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2.1 e APÊNDICE A – Matriz de Riscos e Controles).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 122 e 130) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2.1 e APÊNDICE A – Matriz de Riscos e Controles) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud</li> </ol>



Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>constantes dos checklists de supervisão (itens 2.5, 2.6, 2.7, 2.9, 2.14, 3.5) e dos questionários de autoavaliação do auditor (item 6).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).
	2.6 Identificar objetivos de auditoria, escopo e metodologia (incluindo método de amostragem).	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a identificação dos objetivos, escopo e metodologia, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 119, 121, 128 a 130 e 134);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2, 4.3.2.2, 4.3.4 e APÊNDICE B – Matriz de Planejamento).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 119, 121, 128 a 130 e 134) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.2, 4.3.2.2, 4.3.4 e APÊNDICE B – Matriz de Planejamento) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436),</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 2.1, 2.5, 2.11, 2.16, 2.17, 3.2), dos questionários de autoavaliação do auditor (item 6) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (itens 1, 3).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	<p>aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>
	2.7 Desenvolver o plano detalhado de auditoria.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de planejamento dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a elaboração do programa de trabalho, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 122 e 138 a 141);</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 119 a 141, especialmente os 122 e 138 a 141) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3,</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 4.3.3 e APÊNDICE B – Matriz de Planejamento).</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 2, 2.16, 2.18, 2.21, 3.6).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	<p>4.3.3 e APÊNDICE B – Matriz de Planejamento) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p> <p>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
3. Executar a auditoria:	3.1 Aplicar os procedimentos específicos de auditoria.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de execução dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a aplicação dos procedimentos específicos, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente o 143);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.3.3, 4.3.4, 5, 5.2 e APÊNDICE F – Matriz de Achados).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 3.6, 3.7).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente o 143) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.3.3, 4.3.4, 5, 5.2 e APÊNDICE F – Matriz de Achados) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").	
	3.2 Documentar os procedimentos executados e seus resultados.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de execução dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a documentação dos procedimentos, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 150 e 151);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.7 e APÊNDICE F – Matriz de Achados).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 3.5, 3.10) e dos questionários de autoavaliação do auditor (item 10).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 150 e 151) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.7 e APÊNDICE F – Matriz de Achados) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				1) checklist de supervisão; 2) questionário de autoavaliação do auditor; 3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor; 4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.  Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").	
	3.3 Avaliar as informações obtidas.	Sim	Sim	As orientações que tratam da fase de execução dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a avaliação das informações, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir: 1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 142, 148 e 149); 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.2, 5.3 e APÊNDICE F – Matriz de Achados).  O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.  Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 3.4, 3.5, 3.6,	1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 142, 148 e 149) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.2, 5.3 e APÊNDICE F – Matriz de Achados) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452); 4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023; 5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>3.7, 3.8, 3.9) e dos questionários de autoavaliação do auditor (itens 5, 11).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).
	3.4 Chegar a conclusões específicas e elaborar recomendações.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de execução dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo a conclusão e a elaboração de recomendações, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 142, 148 e 149);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.4, 5.6 e APÊNDICE F – Matriz de Achados).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 142 a 160, especialmente os 142, 148 e 149) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 5, 5.4, 5.6 e APÊNDICE F – Matriz de Achados) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 3.6, 3.9, 4), dos questionários de autoavaliação do auditor (itens 11, 12, 13) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (itens 5, 12, 13).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").</p>	<p>Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</li> </ol>
4. Comunicar os resultados da auditoria:	4.1 Preparar o relatório ou outro mecanismo para comunicar os resultados da auditoria.	Sim	Sim	<p>As orientações que tratam da fase de comunicação dos resultados dos trabalhos individuais de auditoria interna, incluindo o relatório de auditoria, encontram-se definidas nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 161 a 175, especialmente os 166);</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 161 a 175, especialmente os 166) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 6, 6.5 e APÊNDICE F – Matriz de Achados) - Aprova</li> </ol>



Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 6, 6.5 e APÊNDICE F – Matriz de Achados).</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (item 4), dos questionários de autoavaliação do auditor (itens 12, 13) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (itens 5, 12).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e</p>	<p>o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p> <p>5) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Planejamento" e "Execução").	
	4.2 Estabelecer e manter um sistema de monitoramento do atendimento das recomendações pelo gestor (por exemplo, processo de <i>follow-up</i> para avaliar se as ações tomadas pelos gestores foram efetivamente implementadas ou se a gestão aceitou o risco de não tomar nenhuma ação).	Sim	Sim	<p>O processo de monitoramento de recomendações e de quantificação e registro dos resultados oriundos de trabalhos de auditoria interna encontra-se definido nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 176 a 181);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 7.1 a 7.5);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (item 4.12).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 176 a 181) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 7.1 a 7.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>5) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>6) PAINT/2023 (Anexo III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>7) PAINT/2024 (Anexo III; SEI 6717894 e SEI 6735267);</li> <li>8) Raint/2022 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6156568 e SEI 6156572);</li> <li>9) Raint/2023 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6987333 e SEI 6988073);</li> </ol>

Atividades Essenciais		Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</p> <p>Cabe registrar, ainda, que o monitoramento do atendimento das recomendações é uma atividade prevista no PAINT, cujos resultados são reportados no respectivo Raint, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexo III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexo III; SEI 6717894 e SEI 6735267), bem como no Raint/2022 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6156568 e SEI 6156572) e no Raint/2023 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6987333 e SEI 6988073).</p> <p>Por fim, cabe destacar que essas atividades são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Monitoramentos" e "Benefícios").</p>	10) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).

## ANEXO II – KPA 2.2 – Pessoas Qualificadas Identificadas e Recrutadas

**Objetivo:** Identificar e atrair pessoas com competências necessárias e habilidades relevantes para executar o trabalho da atividade de auditoria interna. Auditores internos adequadamente qualificados e recrutados são mais propensos a fornecer credibilidade aos resultados da auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Identificar e definir as tarefas específicas de auditoria a serem realizadas.	Sim	Sim	<p>As competências das unidades integrantes da Ciset/MD encontram-se disciplinadas nas seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24);</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (art. 49);</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12);</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (art. 18);</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 10);</li> <li>6) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 1º).</li> </ol> <p>A INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5), e a INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º), estabelecem que o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) contenha a relação dos trabalhos a serem realizados no exercício a que se refere.</p> <p>Nos PAINTs desta Ciset/MD são identificadas e definidas as tarefas específicas a serem realizadas no exercício, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexos II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (art. 49) - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12) - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (art. 18) - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 10) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</li> <li>6) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 1º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</p> <p>7) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>8) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>9) PAINT/2023 (Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>10) PAINT/2024 (Anexos II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>
2. Identificar os conhecimentos, as habilidades (técnicas e comportamentais) e as outras competências requeridas para realizar tarefas de auditoria.	Sim	Sim	<p>Os conhecimentos e as habilidades para a realização dos trabalhos de auditoria são exigidos pelas seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 59, 60, 61, 63, 65 e 100);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.3.5);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º, §2º).</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 59, 60, 61, 63, 65 e 100) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.3.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (itens 1.2, 1.3, 2.2), dos questionários de autoavaliação do auditor (itens 2, 5) e dos questionários de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor (item 8).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º, §2º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>5) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023.</li> </ol>
3. Desenvolver descrições de trabalho para os cargos/posições.	Sim	Sim	<p>As atribuições dos Dirigentes, bem como as funções e as responsabilidades dos demais agentes públicos em exercício na Ciset/MD encontram-se disciplinadas nas seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24);</li> <li>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12);</li> <li>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 10);</li> <li>4) DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (art. 3º a 5º);</li> <li>5) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 3º a 9º).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12) - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>Também, a INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, itens 3.1 e 3.2, apresenta as atribuições do responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), bem como as funções dos participantes do trabalho individual de auditoria interna, seja supervisor, coordenador ou auditor.</p> <p>Ainda, para cada trabalho individual de auditoria interna é emitida uma Ordem de Serviço no Sistema SEI, onde são definidos os papéis de cada componente da equipe; ademais, todas as etapas dos trabalhos de auditoria são registradas e documentadas no Sistema e-Aud, onde também são incluídas informações sobre o Supervisor, o Coordenador e os demais integrantes da equipe de auditoria.</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (item 1.5).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <p>1) checklist de supervisão;</p>	<p>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 10) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <p>4) DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (art. 3º a 5º) - Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</p> <p>5) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 3º a 9º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</p> <p>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 3.1 e 3.2) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>7) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>8) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			2) questionário de autoavaliação do auditor; 3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor; 4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.	9) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).
4. Determinar classificação de remuneração apropriada para as posições.	Sim	Sim	<p>O demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança da Ciset/MD está previsto no DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO II) e na PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO XII).</p> <p>O valor da remuneração de cada cargo ou função encontra-se estabelecido na LEI nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, e na LEI nº 14.204, de 16 de setembro de 2021.</p>	1) LEI nº 11.526, de 4 de outubro de 2007 - Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; 2) LEI nº 14.204, de 16 de setembro de 2021 - Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional; 3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO II) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações; 4) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO XII) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.
5. Realizar um processo de recrutamento válido e credível (isto é, justo e aberto, e sob o controle do CAI) para selecionar candidatos adequados.	Sim	Sim	<p>O demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança da Ciset/MD está previsto no DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO II) e na PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO XII).</p> <p>O DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, estabelece critérios gerais e específicos para ocupação desses cargos e</p>	1) DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (art. 15 a 19 e art. 20 a 23) - Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração



Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>funções (art. 15 a 19); ademais, esse mesmo Decreto trata do processo de pré-seleção, da dispensa excepcional dos critérios específicos, da aferição dos critérios e da escolha final do postulante (art. 20 a 23).</p> <p>O processo de ocupação dos cargos e das funções na Ciset/MD encontra-se registrado e documentado no Sistema SEI, conforme pode-se evidenciar nos processos nº 60100.000148/2023-42, 60100.000020/2024-60, 60100.000044/2022-57, 60100.000135/2022-92.</p>	<p>pública federal direta, autárquica e fundacional;</p> <p>2) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO II) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <p>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO XII) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</p> <p>4) processo SEI nº 60100.000148/2023-42;</p> <p>5) processo SEI nº 60100.000020/2024-60;</p> <p>6) processo SEI nº 60100.000044/2022-57;</p> <p>7) processo SEI nº 60100.000135/2022-92.</p>

## ANEXO III – KPA 2.3 – Desenvolvimento Profissional Individual

**Objetivo:** Assegurar que os auditores internos mantenham e aumentem continuamente suas capacidades profissionais.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Determinar um número específico de horas/dias/créditos de treinamento de pessoal, para cada indivíduo, de acordo com as normas de auditoria prescritas ou certificações relevantes.	Sim	Sim	<p>A INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5), e a INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º), estabelecem que o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) contenha previsão do quantitativo mínimo de 40 horas anuais de capacitação para cada auditor interno governamental.</p> <p>Nos PAINTs desta Ciset/MD são previstas horas/humanas para capacitação, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (itens 26, 27, 30 e 33; Anexo III) e no PAINT/2024 (itens 25, 26, 29 e 32; Anexo III).</p> <p>De forma semelhante, os RAINTs desta Ciset/MD apresentam a informação das horas/humanas alocadas em capacitação, conforme pode-se evidenciar no RAINT/2022 (itens 12 a 14 e 23; Anexo II) e no RAINT/2023 (itens 12 a 14 e 23; Anexo II).</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) PAINT/2023 (itens 26, 27, 30 e 33; Anexo III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>4) PAINT/2024 (itens 25, 26, 29 e 32; Anexo III; SEI 6717894 e SEI 6735267);</p> <p>5) RAINT/2022 (itens 12 a 14 e 23; Anexo II; SEI 6156568 e SEI 6156572);</p> <p>6) RAINT/2023 (itens 12 a 14 e 23; Anexo II; SEI 6987333 e SEI 6988073).</p>
2. Identificar os cursos de formação, fornecedores ou fontes que seriam suficientes para realizar o desenvolvimento profissional válido.	Sim	Sim	<p>O DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º</p>	<p>1) DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021 - Estabelece</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>de fevereiro de 2021, estabelece orientações para a implementação da referida PNDP.</p> <p>Nos termos do Decreto nº 9.991 (art. 3º), cada órgão elaborará anualmente o respectivo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.</p> <p>Dessa forma, a Ciset/MD elabora o seu PDP, anualmente, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, conforme pode-se evidenciar no PDP/2023 e no PDP/2024.</p>	<p>orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP;</p> <p>3) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>4) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p>
3. Incentivar as pessoas a serem membros de associações profissionais.	Sim	Sim	<p>O DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, estabelece orientações para a implementação da referida PNDP.</p> <p>Nos termos do Decreto nº 9.991 (art. 3º), cada órgão elaborará anualmente o respectivo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.</p> <p>Dessa forma, a Ciset/MD elabora o seu PDP, anualmente, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, conforme pode-se evidenciar no PDP/2023 e no PDP/2024.</p> <p>Em geral, nesses PDP anuais há indicação de agentes públicos em cursos oferecidos pelo Instituto dos Auditores Internos do</p>	<p>1) DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021 - Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP;</p> <p>3) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>4) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>5) Controle dos cursos realizados em 2022: processo SEI nº 60100.000310/2022-41;</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			Brasil (IIA Brasil), cuja participação requer que o interessado seja associado ao IIA Brasil; o atendimento a essa atividade também pode ser evidenciado no rol de cursos realizados por agentes públicos em exercício nesta Ciset/MD no ano de 2022 (processo SEI nº 60100.000310/2022-41) e de 2023 (processo SEI nº 60100.000003/2024-22).	6) Controle dos cursos realizados em 2023: processo SEI nº 60100.000003/2024-22.
4. Controlar e documentar horas/dias de treinamento, tipos de cursos e prestadores para verificar a conformidade com os requisitos de formação pessoal e para apoiar o desenvolvimento profissional contínuo.	Sim	Sim	<p>O DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, estabelece orientações para a implementação da referida PNDP.</p> <p>Nos termos do Decreto nº 9.991 (art. 3º), cada órgão elaborará anualmente o respectivo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.</p> <p>Já nos termos do art. 6º desse mesmo Decreto, o órgão deverá elaborar o relatório anual de execução do PDP, que conterá informações sobre a execução e a avaliação das ações previstas no PDP do exercício anterior e a sua realização.</p> <p>Dessa forma, a Ciset/MD elabora o seu PDP, anualmente, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, conforme pode-se evidenciar no PDP/2023 e no PDP/2024.</p> <p>Há, também, o controle e a documentação desses PDP por parte da Ciset/MD, que podem ser evidenciados no processo SEI nº 60100.000310/2022-41 (exercício de 2022) e no processo SEI nº 60100.000003/2024-22 (exercício de 2023).</p>	<p>1) DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021 - Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP;</p> <p>3) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>4) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>5) Controle dos cursos realizados em 2022: processo SEI nº 60100.000310/2022-41;</p> <p>6) Controle dos cursos realizados em 2023: processo SEI nº 60100.000003/2024-22.</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
5. Desenvolver relatórios periódicos para documentar o treinamento cumprido por cada auditor interno.	Sim	Sim	<p>O DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, estabelece orientações para a implementação da referida PNDP.</p> <p>Nos termos do Decreto nº 9.991 (art. 3º), cada órgão elaborará anualmente o respectivo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais.</p> <p>Já nos termos do art. 6º desse mesmo Decreto, o órgão deverá elaborar o relatório anual de execução do PDP, que conterá informações sobre a execução e a avaliação das ações previstas no PDP do exercício anterior e a sua realização.</p> <p>Dessa forma, a Ciset/MD elabora o seu PDP, anualmente, com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, conforme pode-se evidenciar no PDP/2023 e no PDP/2024.</p> <p>Há, também, o desenvolvimento de relatórios anuais desses PDP por parte da Ciset/MD, que podem ser evidenciados no processo SEI nº 60100.000310/2022-41 (exercício de 2022) e no processo SEI nº 60100.000003/2024-22 (exercício de 2023).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) DECRETO nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021 - Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP;</li> <li>3) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</li> <li>4) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</li> <li>5) Controle dos cursos realizados em 2022: processo SEI nº 60100.000310/2022-41;</li> <li>6) Controle dos cursos realizados em 2023: processo SEI nº 60100.000003/2024-22.</li> </ol>

## ANEXO IV – KPA 2.4 – Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades da Gestão e Partes Interessadas

**Objetivo:** Desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços, baseados em consultas com a gestão e/ou com outras partes interessadas (stakeholders).

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Identificar todos os objetos de auditoria da organização e documentar o universo de auditoria.	Sim	Sim	<p>A identificação e a documentação do universo de auditoria são disciplinadas nas normas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 85);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1 e 4.1.2);</li> <li>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.2) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020.</li> </ol> <p>Os trabalhos relativos ao universo de auditoria são feitos quando da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) de cada exercício, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexo I; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexo I; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 85) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1 e 4.1.2) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.2) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</li> <li>4) PAINT/2023 (Anexo I; SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>5) PAINT/2024 (Anexo I; SEI 6717894 e SEI 6735267).</li> </ol>
2. Em colaboração com a alta administração e/ou outros interessados ( <i>stakeholders</i> ), determinar o período a ser coberto pelo plano (ou seja, anual, plurianual ou uma combinação).	Sim	Sim	<p>O período de cobertura do plano de auditoria é anual, conforme as seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 93);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.6 e 4.1.8);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (arts. 5º, 7º e 8º).</li> </ol> <p>O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é elaborado em cada exercício, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 93) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.6 e 4.1.8) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (arts. 5º, 7º e 8º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>4) PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>5) PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>
<p>3. Por meio de consultas à alta administração e/ou a outras partes interessadas - <i>stakeholders</i> (por exemplo, altos funcionários do governo ou auditores externos), identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de auditoria interna.</p>	Sim	Sim	<p>Na elaboração do plano de auditoria deve-se considerar as expectativas da Alta Administração e demais partes interessadas, conforme as seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 85);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, I).</li> </ol> <p>A inclusão de trabalhos de auditoria no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) conta com a participação da Alta Administração do Ministério da Defesa (SG e EMCFA), conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (itens 14 e 18; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (itens 13 e 17; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 85) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, I) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>4) PAINT/2023 (itens 14 e 18; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>5) PAINT/2024 (itens 13 e 17; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>
<p>4. Identificar os trabalhos de auditoria, incluindo auditorias periódicas, a serem inseridas no plano e que outros serviços a atividade de auditoria interna fornecerá à organização.</p>	Sim	Sim	<p>A metodologia de identificação dos trabalhos a serem inseridos no plano de auditoria é estabelecida nas seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 84 a 92);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1);</li> <li>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</li> </ol>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 84 a 92) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º).</p> <p>No Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) há identificação dos trabalhos previstos para cada exercício, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexos I, II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexos I, II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<p>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>5) PAINT/2023 (Anexos I, II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>6) PAINT/2024 (Anexos I, II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>
5. Determinar os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria, assim como para quaisquer outros serviços, se for o caso.	Sim	Sim	<p>A determinação dos objetivos e do escopo de cada trabalho de auditoria é disciplinada nas seguintes normas:</p> <p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.3.2);</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º).</p> <p>No Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) são determinados, de uma forma geral, os objetivos e o escopo para os trabalhos previstos, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexo II; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexo II; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.3.2) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 4º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) PAINT/2023 (Anexo II; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>4) PAINT/2024 (Anexo II; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p>
6. Determinar os recursos globais exigidos (humanos, financeiros, materiais) para realizar o plano e incluir o montante de recursos para cada trabalho de auditoria, para outros serviços a serem prestados, e quaisquer recursos adicionais que possam ser exigidos para responder a outras prioridades da gestão e/ou das	Sim	Sim	<p>A determinação dos recursos necessários para a realização do plano de auditoria é disciplinada nas seguintes normas:</p> <p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 96);</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.5 e 4.1.7);</p> <p>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.4)</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 96) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.5 e 4.1.7) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p>



Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
partes interessadas ( <i>stakeholders</i> ) que possam surgir durante o período coberto pelo plano.			<p>aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</p> <p>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, IV).</p> <p>No Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) são determinados os recursos humanos necessários para a realização dos trabalhos previstos, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (itens 14, 23 a 33; Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (itens 13, 22 a 32; Anexo II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p> <p>Os recursos para diárias e passagens, de uma maneira geral, também são requeridos anualmente por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme pode-se evidenciar no SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213) e no SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>As necessidades tecnológicas e de informação são demandadas por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme pode-se evidenciar no PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37) e no PDTIC</p>	<p>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.4) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</p> <p>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, IV) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>5) PAINT/2023 (itens 14, 23 a 33; Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</p> <p>6) PAINT/2024 (itens 13, 22 a 32; Anexo II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267);</p> <p>7) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>8) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>9) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213);</p> <p>10) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>11) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37);</p> <p>12) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85);</p> <p>13) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460);</p> <p>14) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>2024-2027 em elaboração (processo SEI nº 60587.000027/2023-85).</p> <p>O levantamento de demandas de aquisição de outros bens e de contratação de outros serviços é feito pelo Plano de Contratações Anual (PCA), conforme pode-se evidenciar no PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460) e no PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p>	
7. Determinar a combinação de capacidades de recursos humanos exigida para realizar o plano (de dentro da atividade de auditoria interna ou por meio de colaboração ou terceirização).	Sim	Sim	<p>A determinação dos recursos humanos para a realização do plano de auditoria é disciplinada nas seguintes normas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 64, 117, 118 e 121);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 3.3 e 4.1.7);</li> <li>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.4) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</li> <li>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, IV).</li> </ol> <p>No Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) são determinados os recursos humanos necessários para a realização dos trabalhos previstos, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (itens 14, 23 a 33; Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (itens 13, 22 a 32; Anexo II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267).</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40;</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 64, 117, 118 e 121) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 3.3 e 4.1.7) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos (item 3.4) aprovada pela PORTARIA SFC/CGU nº 1.055, de 30 de abril de 2020;</li> <li>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 3º, IV) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>5) PAINT/2023 (itens 14, 23 a 33; Anexos II e III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>6) PAINT/2024 (itens 13, 22 a 32; Anexo II e III; SEI 6717894 e SEI 6735267);</li> <li>7) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).	8) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).
8. Obter a aprovação da alta administração e/ou do Conselho para o plano e para os recursos requeridos a fim de implementá-lo.	Sim	Sim	<p>O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pelo Ministro de Estado da Defesa (dirigente máximo), conforme exigido pelas normas listadas a seguir e evidenciado no PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 98);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.8 e 4.1.9);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 7º).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 98) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.1.8 e 4.1.9) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 (art. 7º) - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>5) PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267).</li> </ol>

## ANEXO V – KPA 2.5 – Estrutura de Práticas Profissionais e de Processos

**Objetivo:** Ajudar e facilitar a realização dos trabalhos de auditoria, com independência, objetividade, competência e zelo profissional devidos, previstos no Regulamento Interno/Estatuto de auditoria e na Missão de Auditoria Interna, na Definição de Auditoria Interna, no Código de Ética e nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (os Padrões). As práticas profissionais e a estrutura de processos incluem políticas, processos e procedimentos que orientarão a atividade de auditoria interna na gestão das suas operações, no desenvolvimento de seu programa de trabalho de auditoria interna e no planejamento, na execução e na relatoria dos resultados das auditorias internas.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Reconhecer o caráter obrigatório da Definição de Auditoria Interna, do Código de Ética e das Normas no Regulamento Interno da auditoria.	Sim	Sim	<p>A Definição de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas são reconhecidos nas normas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (Introdução; itens 1, 4 e 37-68);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 1);</li> <li>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 1º).</li> </ol> <p>Esses elementos também se encontram mencionados nas seguintes normas internas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Código de Conduta Ética do Agente Público da Ciset/MD (SEI 2485774);</li> <li>2) Plano de Negócio 2020-2023 (item 2.5; SEI 2040755 e SEI 2040776);</li> <li>3) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens III e IV; SEI 6720018 e SEI 6735245);</li> <li>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436) (itens 1.2, 1.3 e 2.1), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (Introdução; itens 1, 4 e 37-68) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 1º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</li> <li>4) Código de Conduta Ética do Agente Público da Ciset/MD (SEI 2485774);</li> <li>5) Plano de Negócio 2020-2023 (item 2.5; SEI 2040755 e SEI 2040776);</li> <li>6) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens III e IV; SEI 6720018 e SEI 6735245).</li> <li>7) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436) (itens 1.2, 1.3 e 2.1), aprovado pela</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452).
2. Desenvolver políticas relevantes para a atividade de auditoria interna (por exemplo, para recursos humanos, para gestão da informação e para finanças).	Sim	Sim	<p>A Ciset/MD faz parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), na qualidade de órgão setorial, nos termos da LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e do DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.</p> <p>A Ciset/MD tem a estrutura regimental, as competências e a distribuição de cargos previstas no DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.</p> <p>O Regimento Interno da Ciset/MD, aprovado pela PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, estabelece a sua estrutura organizacional, as competências das unidades integrantes e as atribuições dos respectivos Dirigentes, bem como a sua estrutura de cargos em comissão e funções de confiança.</p> <p>Na Ciset/MD há unidade específica para acompanhar o seu planejamento e as suas realizações para fins de monitoramento e aferição de qualidade técnica, bem como identificar oportunidades de melhoria e propor inovações para os processos de trabalho de auditoria interna governamental.</p> <p>Além disso, a CGU, na qualidade de órgão central do SCI, expede normas relevantes para a prática profissional da atividade de auditoria interna, dentre as quais podemos destacar:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017;</li> <li>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</li> <li>4) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</li> <li>5) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>No âmbito do Ministério da Defesa existem várias políticas visando atender as demandas da atividade de auditoria interna, conforme descritas a seguir.</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p> <p>Os recursos para diárias e passagens, de uma maneira geral, também são requeridos anualmente por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme pode-se evidenciar no SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213) e no SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>As necessidades tecnológicas e de informação são demandadas por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme pode-se evidenciar no PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37) e no PDTIC 2024-2027 em elaboração (processo SEI nº 60587.000027/2023-85).</p> <p>O levantamento de demandas de aquisição de outros bens e de contratação de outros serviços é feito pelo Plano de Contratações Anual (PCA), conforme pode-se evidenciar no PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460) e no PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p> <p>No âmbito desta Ciset/MD foi instituído o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) – aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 – com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos</p>	<p>unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>7) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>8) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>9) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>10) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>11) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213);</p> <p>12) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>13) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37);</p> <p>14) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85);</p> <p>15) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460);</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência das atividades de auditoria interna governamental desenvolvidas.	16) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897); 17) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436) (itens 1.2, 1.3 e 2.1), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452).
3. Desenvolver orientações gerais para a elaboração do programa de trabalho da auditoria interna.	Sim	Sim	<p>O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é elaborado conforme as orientações gerais definidas nas normas listadas a seguir, cujas etapas são registradas e documentadas no Sistema e-Aud e no Sistema SEI, o que pode ser evidenciado no PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 83 a 104);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 83 a 104) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>5) PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267);</li> <li>6) Sistema e-Aud (tarefa 1320272 - PAINT/2023 e tarefa 1526714 - PAINT/2024).</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
4. Documentar os processos vigentes para a elaboração do programa de trabalho.	Sim	Sim	<p>O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é elaborado conforme as orientações gerais definidas nas normas listadas a seguir, cujas etapas são registradas e documentadas no Sistema e-Aud e no Sistema SEI, o que pode ser evidenciado no PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 83 a 104);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 83 a 104) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 4.1) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) PAINT/2023 (SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> <li>5) PAINT/2024 (SEI 6717894 e SEI 6735267);</li> <li>6) Sistema e-Aud (tarefa 1320272 - PAINT/2023 e tarefa 1526714 - PAINT/2024).</li> </ol>
5. Documentar os processos vigentes para planejar, para executar e para relatar os resultados dos trabalhos de auditoria individuais, incluindo a comunicação com a gerência.	Sim	Sim	<p>O processo dos trabalhos individuais de auditoria interna encontra-se definido nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 116 a 181);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 a 5.7, 6.1 a 6.7 e 7.1 a 7.5);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 116 a 181) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 a 5.7, 6.1 a 6.7 e 7.1 a 7.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna</li> </ol>



Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>Cabe registrar que o processo previsto nas mencionadas normas envolve todas as etapas do trabalho individual, a saber: formalização, planejamento, desenvolvimento (execução, análise e avaliação, documentação e supervisão), comunicação e divulgação dos resultados, monitoramento e quantificação e registro dos resultados e benefícios.</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93), colocado como evidência para os fins da presente Avaliação, indica o atendimento desta atividade essencial; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud. O Sistema serve de ferramenta de apoio tanto para a execução dos trabalhos, quanto para os reportes no decorrer da realização das atividades desta Ciset/MD.</p>	<p>Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>5) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p> <p>6) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>
6. Desenvolver metodologias, procedimentos e ferramentas	Sim	Sim	O processo dos trabalhos individuais de auditoria interna encontra-se definido nas normas listadas a seguir:	1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 116 a 181) -

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
padronizados a serem utilizados pela atividade de auditoria interna para planejar, para executar e para relatar os resultados do trabalho de auditoria, incluindo as diretrizes dos papéis de trabalho.			<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 116 a 181);</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 a 5.7, 6.1 a 6.7 e 7.1 a 7.5);</p> <p>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</p> <p>Cabe registrar que o processo previsto nas mencionadas normas envolve todas as etapas do trabalho individual, a saber: formalização, planejamento, desenvolvimento (execução, análise e avaliação, documentação e supervisão), comunicação e divulgação dos resultados, monitoramento e quantificação e registro dos resultados e benefícios.</p> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93), colocado como evidência para os fins da presente Avaliação, indica o atendimento desta atividade essencial; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <p>1) checklist de supervisão;</p> <p>2) questionário de autoavaliação do auditor;</p> <p>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</p> <p>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</p>	<p>Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 4.2, 4.3, 5.1 a 5.7, 6.1 a 6.7 e 7.1 a 7.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</p> <p>5) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</p> <p>6) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			Por fim, cabe destacar que as etapas dos trabalhos individuais de auditoria interna são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud. O Sistema serve de ferramenta de apoio tanto para a execução dos trabalhos, quanto para os reportes no decorrer da realização das atividades desta Ciset/MD.	
7. Implementar os processos necessários para assegurar a qualidade dos trabalhos individuais de auditoria.	Sim	Sim	<p>A gestão da qualidade dos trabalhos individuais de auditoria interna encontra-se definida nas normas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 105 a 115);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 3.5).</li> </ol> <p>No âmbito desta Ciset/MD foi instituído o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) – aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 – com o objetivo de promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência das atividades de auditoria interna governamental desenvolvidas.</p> <p>Como atividades desenvolvidas no âmbito do PGMQ pode-se destacar o Monitoramento Contínuo e a Avaliação Periódica.</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93), colocado como evidência para os fins da presente Avaliação, indica o atendimento desta atividade essencial; nesse processo SEI, para cada trabalho de Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 105 a 115) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 3.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>4) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>5) processo SEI nº 60103.000001/2023-22 - Avaliação Periódica 2023;</li> <li>6) RAI/2022 (tópico X; SEI 6156568 e SEI 6156572);</li> <li>7) RAI/2023 (tópico X; SEI 6987333 e SEI 6988073).</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>Como evidência de Avaliação Periódica tem-se o trabalho realizado no exercício de 2023 (processo SEI nº 60103.000001/2023-22).</p> <p>Os resultados desse PGMQ são apresentados, de uma forma geral, nos RAINTs desta Ciset/MD, conforme pode-se evidenciar no RAINT/2022 (tópico X; SEI 6156568 e SEI 6156572) e no RAINT/2023 (tópico X; SEI 6987333 e SEI 6988073).</p>	
8. Estabelecer e manter um sistema para monitorar o andamento dos resultados comunicados à administração (por exemplo, um processo de acompanhamento para garantir que as ações de gerenciamento tenham sido efetivamente implementadas ou a administração aceitou o risco de não agir).	Sim	Sim	<p>O processo de monitoramento de recomendações e de quantificação e registro dos resultados oriundos de trabalhos de auditoria interna encontra-se definido nas normas listadas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 176 a 181);</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 7.1 a 7.5);</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</li> </ol> <p>O PGMQ desta Ciset/MD (aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021) tem como um de seus componentes o Monitoramento Contínuo, que contempla uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o preenchimento – para cada trabalho individual de auditoria realizado (Avaliação, Consultoria ou Apuração) – do checklist de supervisão, do questionário de autoavaliação pelos auditores e do questionário de avaliação da Unidade de Auditoria Interna pelo Gestor.</p> <p>Esse Monitoramento Contínuo indica o atendimento desta atividade essencial, de acordo com as informações constantes dos checklists de supervisão (item 4.12).</p> <p>O Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93) é indicado como evidência para os fins da presente Avaliação; nesse processo SEI, para cada trabalho de</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (itens 176 a 181) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 7.1 a 7.5) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) Manual do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Ciset/MD (SEI 3436436), aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Ciset-MD nº 1, de 4 de maio de 2021 (SEI 3520452);</li> <li>5) processo SEI nº 60100.000043/2023-93 - Monitoramento Contínuo do exercício de 2023;</li> <li>6) PAINT/2023 (Anexo III; SEI 5846264 e SEI 5945047);</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>Avaliação realizado por esta Ciset/MD foram juntados os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) checklist de supervisão;</li> <li>2) questionário de autoavaliação do auditor;</li> <li>3) questionário de avaliação da unidade de auditoria interna pelo Gestor;</li> <li>4) Nota Técnica e Despacho com a análise do trabalho de Avaliação sob a ótica do PGMQ da Ciset/MD.</li> </ol> <p>Cabe registrar, ainda, que o monitoramento do atendimento das recomendações é uma atividade prevista no PAINT, cujos resultados são reportados no respectivo Raint, conforme pode-se evidenciar no PAINT/2023 (Anexo III; SEI 5846264 e SEI 5945047) e no PAINT/2024 (Anexo III; SEI 6717894 e SEI 6735267), bem como no Raint/2022 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6156568 e SEI 6156572) e no Raint/2023 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6987333 e SEI 6988073).</p> <p>Por fim, cabe destacar que essas atividades são registradas e documentadas no Sistema SEI e no Sistema e-Aud (módulos "Monitoramentos" e "Benefícios").</p>	<p>7) PAINT/2024 (Anexo III; SEI 6717894 e SEI 6735267);</p> <p>8) Raint/2022 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6156568 e SEI 6156572);</p> <p>9) Raint/2023 (tópicos VII e IX; Anexo III; SEI 6987333 e SEI 6988073);</p> <p>10) Sistema SEI e Sistema e-Aud – números dos documentos SEI e das tarefas e-Aud identificados no Monitoramento Contínuo do exercício de 2023 (processo SEI nº 60100.000043/2023-93).</p>

## ANEXO VI – KPA 2.6 – Plano de Negócio de Auditoria Interna

**Objetivo:** Estabelecer um plano periódico para entregar os serviços da atividade de auditoria interna, incluindo serviços de apoio e de administração, e os resultados esperados.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Identificar a visão da auditoria interna e a estratégia geral para alcançá-la.	Sim	Sim	A Visão e a estratégia desta Ciset/MD encontram-se identificadas nos seguintes documentos: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 2.1, 3.4 e 3.5; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens II e III; SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 2.1, 3.4 e 3.5; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens II e III; SEI 6720018 e SEI 6735245).
2. De acordo com a estratégia geral, determinar os objetivos e os resultados de negócio a serem alcançados pela atividade de auditoria interna, levando em consideração o planejamento anual/periódico de auditoria e de serviços.	Sim	Sim	Os objetivos e resultados encontram-se identificados nos seguintes documentos: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 3.2 e 5; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens III e IV; SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 3.2 e 5; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens III e IV; SEI 6720018 e SEI 6735245).
3. Determinar os serviços de apoio e administrativos necessários para a entrega eficaz da atividade de auditoria interna (por exemplo, recursos humanos, materiais e de informática).	Sim	Sim	Os serviços de apoio e administrativos encontram-se identificados nos seguintes documentos: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (item 7; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (item V; SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (item 7; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (item V; SEI 6720018 e SEI 6735245).
4. Preparar cronogramas relevantes e determinar os recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos.	Sim	Sim	O cronograma e os recursos encontram-se identificados nos seguintes documentos: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 6 e 7; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens IV e V; SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (itens 6 e 7; SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (itens IV e V; SEI 6720018 e SEI 6735245).
5. Desenvolver o plano negócio necessário para alcançar os objetivos.	Sim	Sim	Foram desenvolvidos os seguintes planos: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (SEI 6720018 e SEI 6735245).

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
6. Obter aprovação da alta administração ou do Conselho para o Plano de Negócio.	Sim	Sim	Os planos foram aprovados pelo Ministro de Estado da Defesa, dirigente máximo: 1) Plano de Negócio 2020-2023 (SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (SEI 6720018 e SEI 6735245).	1) Plano de Negócio 2020-2023 (SEI 2040755 e SEI 2040776); 2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (SEI 6720018 e SEI 6735245).

## ANEXO VII – KPA 2.7 – Orçamento Operacional de Auditoria Interna

**Objetivo:** Receber dotação e usar o próprio orçamento operacional para planejar os serviços da atividade de auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Estabelecer um orçamento realista para as atividades e para os recursos identificados como necessários no plano de negócio da atividade de auditoria interna, considerando os custos fixos e variáveis.	Sim	Sim	<p>O orçamento para atender as necessidades da atividade de auditoria interna é estabelecido em procedimentos específicos, conforme descritos a seguir.</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p> <p>Os recursos para diárias e passagens, de uma maneira geral, também são requeridos anualmente por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme pode-se evidenciar no SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213) e no SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>As necessidades tecnológicas e de informação são demandadas por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme pode-se evidenciar no PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37) e no PDTIC 2024-2027 em elaboração (processo SEI nº 60587.000027/2023-85).</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</li> <li>2) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</li> <li>3) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213);</li> <li>4) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</li> <li>5) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37);</li> <li>6) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85);</li> <li>7) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460);</li> <li>8) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</li> </ol>



Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			O levantamento de demandas de aquisição de outros bens e de contratação de outros serviços é feito pelo Plano de Contratações Anual (PCA), conforme pode-se evidenciar no PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460) e no PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).	
2. Desenvolver padrões orçamentários alinhados com os da organização.	Sim	Sim	De uma forma geral, os padrões orçamentários no âmbito do Poder Executivo Federal, que inclui o Ministério da Defesa, são padronizados e obrigatórios, sendo estabelecidos por Leis e Decretos específicos, além de normas expedidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;</li> <li>2) LEI nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024;</li> <li>3) LEI nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024;</li> <li>4) DECRETO nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024.</li> </ol>
3. Obter aprovação da alta administração ou do conselho para o orçamento operacional.	Sim	Sim	As normas mencionadas no item 3 são aprovadas pelas instâncias competentes.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027;</li> <li>2) LEI nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024;</li> <li>3) LEI nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024;</li> <li>4) DECRETO nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024.</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
4. Revisar continuamente o orçamento para se certificar de que ele permaneça realista e exato, identificando e informando as mudanças.	Sim	Sim	O orçamento para atender as necessidades da atividade de auditoria interna estabelecido nos procedimentos específicos listados no item 2 (PDP, SCDP, PDTIC e PCA) é revisado conforme as atividades de auditoria interna são executadas.	1) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722); 2) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380); 3) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213); 4) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567); 5) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37); 6) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85); 7) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460); 8) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).

## ANEXO VIII – KPA 2.8 – Gerenciamento Dentro da Atividade de Auditoria Interna

**Objetivo:** Focar o esforço de gestão da atividade de auditoria interna em suas próprias operações e relações dentro da própria atividade, tais como estrutura organizacional, gestão de pessoas, preparação do orçamento e monitoramento, planejamento anual, fornecendo a tecnologia e as ferramentas de auditoria necessárias, e realizando auditorias. As interações com os gestores organizacionais estão focadas em realizar o negócio da atividade de auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Determinar e estabelecer formalmente a estrutura organizacional apropriada dentro da atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>A Ciset/MD faz parte do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), na qualidade de órgão setorial, nos termos da LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e do DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.</p> <p>A Ciset/MD tem a estrutura regimental, as competências e a distribuição de cargos previstas no DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023.</p> <p>O Regimento Interno da Ciset/MD, aprovado pela PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, estabelece a estrutura organizacional, as competências das unidades integrantes e as atribuições dos respectivos Dirigentes, bem como a estrutura de cargos em comissão e funções de confiança da Ciset/MD.</p>	<p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <p>4) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p>
2. Identificar os papéis (funções) e as responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>As atribuições dos Dirigentes, bem como as funções e as responsabilidades dos demais agentes públicos em exercício na Ciset/MD encontram-se disciplinadas nas seguintes normas:</p> <p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24);</p> <p>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12);</p> <p>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (art. 10);</p>	<p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 24) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>4) DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (art. 3º a 5º);</p> <p>5) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 3º a 9º).</p> <p>Também, a INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, itens 3.1 e 3.2, apresenta as atribuições do responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), bem como as funções dos participantes do trabalho individual de auditoria interna, seja supervisor, coordenador ou auditor.</p>	<p>2) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (art. 12) - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (art. 10) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <p>4) DECRETO nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (art. 3º a 5º) - Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019;</p> <p>5) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 3º a 9º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</p> <p>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (itens 3.1 e 3.2) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.</p>
3. Apoiar as necessidades organizacionais da atividade de auditoria interna e as relações de reporte das	Sim	Sim	<p>A estrutura organizacional e de cargos em comissão e funções de confiança da Ciset/MD encontram-se formalizadas nas seguintes normas:</p> <p>1) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023;</p> <p>2) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019.</p>	<p>1) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
<p>peças no interior da atividade.</p>			<p>Na Ciset/MD há unidade específica para apoiar a atividade de auditoria interna nas necessidades por recursos administrativos e logísticos (Coordenação de Serviço e Apoio – COSEA).</p> <p>Além disso, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, itens 3.1 e 3.2, cabe ao responsável pela UAIG zelar pela adequação e disponibilidade dos recursos necessários (humanos, financeiros, tecnológicos etc.) à realização dos trabalhos de auditoria interna.</p> <p>A CGU, na qualidade de órgão central do SCI, expede normas relevantes para a prática profissional da atividade de auditoria interna, dentre as quais podemos destacar:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017;</li> <li>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017;</li> <li>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020.</li> </ol> <p>Ainda, a CGU disponibiliza o Sistema e-Aud para uso desta Ciset/MD, nos termos da PORTARIA NORMATIVA CGU nº 5, de 23 de março de 2022, e do Termo de Adesão ao Sistema e-Aud (SEI 4997734) encaminhado pelo Ofício nº 10789/GM-MD (SEI 4980738), que serve de ferramenta de apoio tanto para a execução dos trabalhos, quanto para os reportes no decorrer da realização das atividades desta Ciset/MD.</p> <p>As relações de comunicação interna encontram-se estruturadas e obedecem a uma hierarquia funcional.</p>	<p>remaneia cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</li> <li>3) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2021 - Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna e sobre o parecer sobre a prestação de contas da entidade das unidades de auditoria interna governamental sujeitas à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>5) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 10, de 28 de abril de 2020 - Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</li> <li>7) PORTARIA NORMATIVA CGU nº 5, de 23 de março de 2022 - Estabelece termos e condições para a cessão do direito de uso do Sistema e-Aud para as Unidades de Auditoria</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>No âmbito do Ministério da Defesa existem várias políticas visando atender as demandas da atividade de auditoria interna, conforme descritas a seguir.</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p> <p>Os recursos para diárias e passagens, de uma maneira geral, também são requeridos anualmente por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme pode-se evidenciar no SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213) e no SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>As necessidades tecnológicas e de informação são demandadas por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme pode-se evidenciar no PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37) e no PDTIC 2024-2027 em elaboração (processo SEI nº 60587.000027/2023-85).</p> <p>O levantamento de demandas de aquisição de outros bens e de contratação de outros serviços é feito pelo Plano de Contratações Anual (PCA), conforme pode-se evidenciar no PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460) e no PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p>	<p>Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>8) Termo de Adesão ao Sistema e-Aud (SEI 4997734);</p> <p>9) Ofício nº 10789/GM-MD (SEI 4980738);</p> <p>10) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>11) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>12) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213);</p> <p>13) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>14) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37);</p> <p>15) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85);</p> <p>16) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460);</p> <p>17) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p>
4. Avaliar os requisitos e obter os recursos e as ferramentas de auditoria necessários, incluindo ferramentas de base tecnológica, necessárias tanto para gerenciar, quanto para	Sim	Sim	Na Ciset/MD há unidade específica para apoiar a atividade de auditoria interna nas necessidades por recursos administrativos e logísticos (Coordenação de Serviço e Apoio – COSEA); também, existe outra unidade com competência para prospectar soluções tecnológicas, identificar oportunidades de melhoria e propor inovações para os processos de trabalho de auditoria interna	1) PORTARIA NORMATIVA CGU nº 5, de 23 de março de 2022 - Estabelece termos e condições para a cessão do direito de uso do Sistema e-Aud para as Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
realizar o trabalho da atividade de auditoria interna.			<p>governamental (Coordenação-Geral de Desenvolvimento Técnico-Operacional – CGDOP).</p> <p>A CGU disponibiliza o Sistema e-Aud para uso desta Ciset/MD, nos termos da PORTARIA NORMATIVA CGU nº 5, de 23 de março de 2022, e do Termo de Adesão ao Sistema e-Aud (SEI 4997734) encaminhado pelo Ofício nº 10789/GM-MD (SEI 4980738), que serve de ferramenta de apoio tanto para a execução dos trabalhos, quanto para os reportes no decorrer da realização das atividades desta Ciset/MD.</p> <p>No âmbito do Ministério da Defesa existem várias políticas visando atender as demandas da atividade de auditoria interna, conforme descritas a seguir.</p> <p>As necessidades de capacitação são levantadas anualmente por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), conforme pode-se evidenciar no PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722) e no PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380).</p> <p>Os recursos para diárias e passagens, de uma maneira geral, também são requeridos anualmente por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme pode-se evidenciar no SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213) e no SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>As necessidades tecnológicas e de informação são demandadas por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), conforme pode-se evidenciar no PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37) e no PDTIC 2024-2027 em elaboração (processo SEI nº 60587.000027/2023-85).</p> <p>O levantamento de demandas de aquisição de outros bens e de contratação de outros serviços é feito pelo Plano de Contratações Anual (PCA), conforme pode-se evidenciar no PCA 2023 (processo SEI</p>	<p>2) Termo de Adesão ao Sistema e-Aud (SEI 4997734);</p> <p>3) Ofício nº 10789/GM-MD (SEI 4980738);</p> <p>4) PDP 2023 (processo SEI nº 60583.001156/2022-40; SEI 5003018 e SEI 5375722);</p> <p>5) PDP 2024 (processo SEI nº 60583.001466/2023-45; SEI 6410141 e SEI 6453380);</p> <p>6) SCDP 2023 (processo SEI nº 60100.000005/2023-31; SEI 5283436 e SEI 5987213);</p> <p>7) SCDP 2024 (processo SEI nº 60100.000101/2023-89; SEI 5283436, SEI 6446363 e SEI 6961567);</p> <p>8) PDTIC 2020-2023 (processo SEI nº 60586.000212/2020-37);</p> <p>9) PDTIC 2024-2027 (processo SEI nº 60587.000027/2023-85);</p> <p>10) PCA 2023 (processo SEI nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460);</p> <p>11) PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			nº 60585.002043/2022-41; SEI 5713906 e SEI 5729460) e no PCA 2024 (processo SEI nº 60585.000145/2023-11; SEI 6024932 e SEI 6923897).	
5. Administrar, dirigir e comunicar-se dentro da atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>Nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, item 3, cabe ao responsável pela UAIG gerenciar tanto as atividades de auditoria interna quanto os auditores internos.</p> <p>Já a PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, art. 9º, prescreve que cabe ao Secretário de Controle Interno e aos demais Dirigentes da Ciset/MD planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades, especialmente na forma das orientações técnicas e da legislação emanadas do órgão central do SCI e no intuito de agregar valor à gestão do Ministério da Defesa.</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 3) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (art. 9º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p>
6. Incentivar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>Nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, item 3, cabe ao responsável pela UAIG gerenciar tanto as atividades de auditoria interna quanto os auditores internos.</p> <p>Já a PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, art. 9º, prescreve que cabe ao Secretário de Controle Interno e aos demais Dirigentes da Ciset/MD planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades, especialmente na forma das orientações técnicas e da legislação emanadas do órgão central do SCI e no intuito de agregar valor à gestão do Ministério da Defesa.</p> <p>Nessa mesma PORTARIA NORMATIVA nº 12 há previsão de unidade específica com competência para promover a integração entre as unidades organizacionais, visando o aprimoramento dos processos internos de trabalho e a ampliação da comunicação e transparência interna, bem como identificar oportunidades de melhoria e propor inovações para os processos de trabalho de auditoria interna (Coordenação-Geral de Desenvolvimento Técnico-Operacional – CGDOP).</p>	<p>1) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017 (item 3) - Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (art. 9º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa;</p> <p>3) "Papo de Auditor" (<a href="https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-consultoria-1/acoes-de-consultoria">https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-consultoria-1/acoes-de-consultoria</a>);</p> <p>4) "No Radar" (<a href="https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-consultoria-1/no-radar">https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias-1/acoes-de-consultoria-1/no-radar</a>).</p>



Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			<p>Em geral, os trabalhos que envolvem várias unidades da estrutura da CISET/MD são divulgados aos agentes públicos, em especial:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Planejamento Estratégico;</li> <li>2) Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT);</li> <li>3) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT);</li> <li>4) Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ).</li> </ol> <p>Da mesma forma, informações de interesse geral (comunicados, avisos, normas) são repassadas via e-mail, em reuniões de Dirigentes e de equipes etc.</p> <p>O "Papo de Auditor" consiste em uma ação contínua em que são convidados especialistas em diferentes áreas a fim de disseminar conhecimento entre auditores e gestores.</p> <p>Há a divulgação do informativo "No Radar" que promove a disseminação mensal dos normativos publicados no Diário Oficial da União (DOU) e julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), dividido em três temas: Contratações Públicas, Orçamento e Finanças e Gestão.</p>	

## ANEXO IX – KPA 2.9 – Fluxo de Reporte de Auditoria Estabelecido

**Objetivo:** Estabelecer canais formais de reporte (administrativo e funcional) para a atividade de auditoria interna.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Elaborar um estatuto ou outro documento que defina formalmente o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>O propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna são reconhecidos nas normas a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (propósito - art. 21; autoridade - art. 26; responsabilidade - art. 24);</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (propósito - art. 49);</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (propósito - art. 1º a 7º; responsabilidade - art. 12);</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (propósito - art. 18);</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (propósito e responsabilidade - art. 10);</li> <li>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (propósito - item 3; autoridade - item 144);</li> <li>7) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; propósito - art. 1º, § 1º; autoridade - art. 11; responsabilidade - art. 1º).</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (propósito - art. 21; autoridade - art. 26; responsabilidade - art. 24) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>2) LEI nº 14.129, de 29 de março de 2021 (propósito - art. 49) - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;</li> <li>3) DECRETO nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 (propósito - art. 1º a 7º; responsabilidade - art. 12) - Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</li> <li>4) DECRETO nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (propósito - art. 18) - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;</li> <li>5) DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (propósito e responsabilidade - art. 10) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança</li> </ol>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;</p> <p>6) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (propósito - item 3; autoridade - item 144) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>7) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; propósito - art. 1º, § 1º; autoridade - art. 11; responsabilidade - art. 1º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p>
2. Certificar-se de que a alta administração e/ou o conselho, se aplicável, aprovem formalmente o estatuto.	Sim	Sim	As normas mencionadas no item 2 foram aprovadas pelas instâncias competentes.	Idem item 2.
3. Adotar uma declaração de missão e/ou visão para a atividade de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>A Missão e a Visão desta Ciset/MD encontram-se identificadas nos seguintes documentos:</p> <p>1) Plano de Negócio 2020-2023 (item 2.1; SEI 2040755 e SEI 2040776);</p> <p>2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (item II; SEI 6720018 e SEI 6735245).</p>	<p>1) Plano de Negócio 2020-2023 (item 2.1; SEI 2040755 e SEI 2040776);</p> <p>2) Planejamento Estratégico 2024-2027 (item II; SEI 6720018 e SEI 6735245).</p>
4. Informar o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna para toda a organização.	Sim	Sim	As normas mencionadas no item 2 foram publicadas em meio de divulgação oficial.	Idem item 2.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
5. Certificar-se de que o CAI se reporta administrativa e funcionalmente ao nível da organização, o que permite que as atividades de auditoria interna atendam às suas responsabilidades.	Sim	Sim	A Ciset/MD, nos termos do DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 2º, I), é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, vinculada, dessa forma, à autoridade máxima da Pasta.	DECRETO nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 (ANEXO I, art. 2º, I) - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.
6. Revisar e atualizar o estatuto regularmente e obter aprovação da alta administração ou do conselho.	Sim	Sim	As normas mencionadas no item 2 são revisadas e atualizadas conforme avaliação das esferas responsáveis e são aprovadas pelas instâncias competentes.	Idem item 2.

## ANEXO X – KPA 2.10 – Acesso Pleno às Informações, aos Ativos e às Pessoas da Organização

**Objetivo:** Fornecer autoridade para a atividade de auditoria interna obter acesso a todas as informações, aos ativos e às pessoas que sejam necessárias para executar suas funções.

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
1. Incluir no regimento autoridade para a atividade de auditoria interna obter acesso a todas as informações da organização, aos ativos e às pessoas que forem necessárias para executar suas funções.	Sim	Sim	Essa autoridade encontra-se prevista nas normas a seguir: 1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26); 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144); 3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 11).	1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal; 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 11) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.
2. Estabelecer uma política relacionada à autoridade específica da atividade de auditoria interna com respeito ao acesso total, livre e irrestrito aos registros da organização, às propriedades físicas e ao pessoal, relacionados a qualquer operação da organização.	Sim	Sim	Essa política encontra-se prevista nas normas a seguir: 1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26); 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144); 3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 11).	1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal; 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144) - Aprova o Referencial Técnico da

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
				<p>Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 11) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p>
3. Estabelecer procedimentos para acessar formalmente tais registros, propriedades físicas e pessoal, relacionados a qualquer operação da organização.	Sim	Sim	<p>Esses procedimentos encontram-se previstos nas normas a seguir:</p> <p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26);</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144);</p> <p>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 11).</p>	<p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal;</p> <p>2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;</p> <p>3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 11) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.</p>
4. Estabelecer procedimentos para seguir quando o gestor decide não divulgar documentos necessários aos trabalhos de auditoria interna.	Sim	Sim	<p>Esses procedimentos encontram-se previstos nas normas a seguir:</p> <p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26, § 1º);</p>	<p>1) LEI nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 (art. 26, § 1º) - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento</p>

Atividades Essenciais	Existência	Institucionalização	Contextualização	Evidências
			2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144); 3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV; art. 11, §1º).	Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal; 2) INSTRUÇÃO NORMATIVA SFC/CGU nº 3, de 9 de junho de 2017 (item 144) - Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; 3) PORTARIA NORMATIVA nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 (ANEXO IV, art. 11, § 1º) - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.

## ANEXO XI – Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público (Modelo IA-CM)

Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna						
	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e <i>Accountability</i>	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 – Otimizado	AI reconhecida como agente-chave de mudança - KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais - KPA 5.3	Melhoria contínua de práticas profissionais - KPA 5.5	Resultado e valor alcançados para a organização - KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes - KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI - KPA 5.8
		Projeção da força de trabalho - KPA 5.2	Planejamento estratégico da AI - KPA 5.4			
Nível 4 – Gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles - KPA4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão - KPA 4.4	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização - KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - KPA 4.6	CAI aconselha e influencia a mais alta gerência - KPA 4.7	Supervisão independente da Atividade de AI - KPA 4.8
		A atividade de AI apoia classes profissionais - KPA 4.3				
		Planejamento da força de trabalho - KPA 4.2				
Nível 3 – Integrado	Serviços de consultoria - KPA 3.2	Criação de equipe e competência - KPA 3.5	Estrutura de gestão da qualidade - KPA 3.7	Medidas de desempenho - KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão - KPA 3.12	CAI informa à autoridade de mais alto nível - KPA 3.15
	Auditorias de desempenho / <i>value-for-money</i> - KPA 3.1	Profissionais qualificados - KPA 3.4	Planos de auditoria baseados em riscos - KPA3.6	Informações de custos - KPA 3.9	Componente essencial da equipe de gestão - KPA 3.11	Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI - KPA 3.14
		Coordenação de força de trabalho - KPA 3.3		Relatórios de gestão de AI - KPA 3.8		Mecanismos de financiamento - KPA 3.13
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de conformidade - KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual - KPA 2.3	Estrutura de práticas profissionais e de processos - KPA 2.5	Orçamento operacional de AI - KPA 2.7	Gerenciamento dentro da Atividade de AI - KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização - KPA 2.10
		Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas - KPA 2.2	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas - KPA 2.4	Plano de negócio de AI - KPA2.6		Fluxo de reporte de auditoria estabelecido - KPA 2.9
Nível 1 – Inicial	Ad hoc não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão acupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.					